

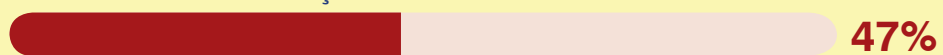
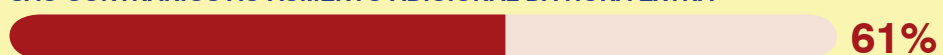
PERSPECTIVA**Apesar de ser contra redução da jornada, maioria dos empresários não deve demitir**

A redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, prevista na Proposta de Emenda Constitucional 231/95, em discussão no Congresso, não deve alterar a situação do emprego nas micro e pequenas empresas. É o que mostra a sondagem "Ponto de Vista dos Pequenos Negócios", divulgada nesta quinta-feira (19) pelo Sebrae Nacional. Segundo o estudo, 51% dos empresários pretendem manter o quadro atual de trabalhadores mesmo com a aprovação da proposta. Além da redução das horas trabalhadas, a PEC prevê a ampliação do adicional de hora extra de 50% para 75%.

Foram entrevistados 3010 empresários atendidos pela instituição, entre setembro e outubro, em todos os estados e no Distrito Federal. Apesar da expectativa de manutenção dos empregos, 63% dos empreendedores são desfavoráveis à redução da jornada, 47% desaprovam a manutenção dos salários e 61% são contrários ao aumento do adicional da hora extra. Entre os entrevistados, 32% avaliam a proposta como péssima e 20% como ruim. A sondagem diagnosticou ainda que 44% dos empresários temem perda de faturamento nos negócios.

"Os números fazem um alerta, porque podem indicar uma tendência de aumento da informalidade. Se há expectativa de manutenção do emprego e redução de faturamento, é possível que o empresário compense eventuais perdas partindo para o mercado informal. Isso é preocupante, porque estamos falando de um segmento que, só em outubro deste ano, foi responsável por 75% dos novos empregos formais criados em todo o Brasil", ressalta Paulo Okamoto, presidente do Sebrae.

O levantamento também constatou que 43% dos empresários pretendem manter a situação atual do pagamento de horas extras, 27% vão diminuir e 5% aumentar a despesa, caso a PEC seja aprovada. Não sabem ou não opinaram 25% dos entrevistados. "Esse é o primeiro estudo feito com micro e pequenas empresas sobre a proposta de redução da carga horária de trabalho. Além dos números já apresentados, a sondagem revelou que 42% dos empresários não conheciam o assunto até a entrevista", informa Raissa Rossiter, gerente de gestão estratégica do Sebrae Nacional.

O QUE PENSAM OS EMPRESÁRIOS SOBRE A REDUÇÃO DA JORNADA**SÃO DESFAVORÁVEIS****DESAPROVAM A MANUTENÇÃO DOS SALÁRIOS****SÃO CONTRÁRIOS AO AUMENTO ADICIONAL DA HORA EXTRA**

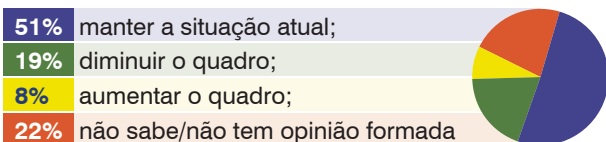
Boletim "Ponto de Vista dos Pequenos Negócios", produzido pelo Sebrae Nacional, constata que

63%

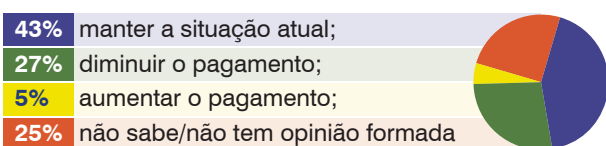
dos empresários são contrários à PEC 231/95

Possíveis efeitos da aprovação da medida nas MPE

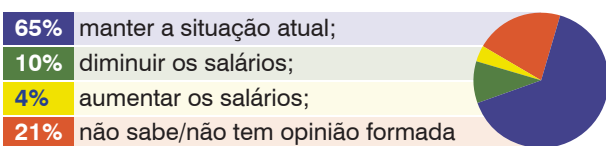
Número de empregados



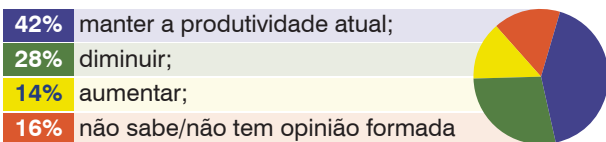
Hora extra



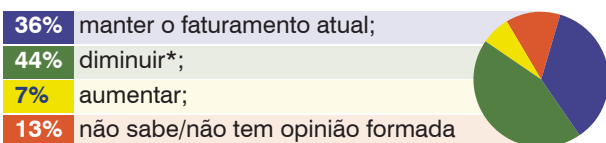
Salário



Produtividade



Faturamento



* Única variável que apresentou índice de rejeição maior que a opção "manter a situação atual"

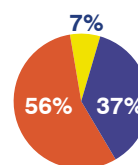
Propensão maior a contratar do que a demitir

O boletim "Ponto de Vista dos Pequenos Negócios" apurou ainda a expectativa dos empresários para o fim de 2009: 37% pretendem contratar funcionários no último trimestre do ano e apenas 9% pensam em demitir. Quase metade das empresas pesquisadas (47,5%) tem até quatro funcionários. Quando são contabilizadas as carteiras assinadas, o número aumenta para 52,6%. No entanto, 12% dos empresários afirmaram ter funcionários sem carteira assinada.

Perspectiva de emprego

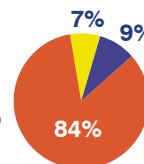
CONTRATAÇÃO

- Pretendem contratar funcionários no último trimestre de 2009
- Não irão contratar funcionários ainda este ano
- Não sabem opinar



DEMISSÃO

- Indicaram que demitirão funcionários no último trimestre de 2009
- Não irão demitir funcionários até o fim deste ano
- Não sabem opinar



Ponto de Vista

A maioria dos empresários entrevistados, **82%**, é dos setores de comércio e de serviços, seguidos pela indústria (**13%**) e agronegócios (**5%**). Trinta e um por cento atuam no mercado há, no máximo, quatro anos. Distribuição por Faturamento: microempresas – até R\$ 240 mil/ano (**56%**); pequenas empresas – entre R\$ 240 mil e R\$ 2,4 milhões/ano (**20%**); acima de R\$ 2,4 milhões/ano (**3%**); não informou (**21%**).